

Sumário

Introdução	1
Capítulo I – Desastres de Origem Hidrológica: os Fenômenos, os Danos e as Causas	9
1.1 Aproximação ao tema e abordagem conceitual: fenômenos hidrológicos como desastres	9
1.2 Os danos causados pelos fenômenos hidrológicos extremos e a necessidade de proteção da vida e do patrimônio	20
1.3 Desastres naturais ou consequências de ações antrópicas?	27
1.3.1 O fenômeno da urbanização e a consequente impermeabilização do solo	32
1.3.2 O abuso dos recursos naturais: mau uso do solo, desmatamento e poluição	37
1.3.3 A ocupação de áreas inundáveis.....	42
1.4 A influência das mudanças climáticas	46
Capítulo II – Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Direitos Humanos: Uma Aproximação Necessária.....	51
2.1 O reconhecimento das vulnerabilidades físicas e sociais determinantes da produção de danos e a busca por uma justiça socioambiental	51
2.2 A evolução no plano internacional: a redução de riscos de desastres e suas relações com as mudanças climáticas, a proteção ambiental e os direitos humanos	59
2.3 Tratamento constitucional no Brasil.....	74

2.3.1 Os desastres no âmbito da Constituição Federal de 1988	74
2.3.2 A repartição de competências entre os entes federados: competências legislativa e executiva.....	78

Capítulo III – Ordenação do Território, Urbanismo e Meio Ambiente: a Legislação Setorial como Instrumento para o Enfrentamento do Problema das Inundações.....87

3.1 Experiência espanhola em matéria de inundações	87
3.1.1 Política hidráulica espanhola: o enfrentamento dos fenômenos da escassez e do excesso de água e a inserção no cenário europeu.....	87
3.1.2 Normativa comunitária europeia para enfrentar o problema das inundações	91
3.1.3 Medidas adotadas no âmbito do direito interno espanhol	95
3.1.4 A legislação autonômica espanhola: o caso da comunidade valenciana.....	103
3.2 Ordenação territorial brasileira: déficit atual e propostas <i>de lege ferenda</i>	108
3.3 O enfrentamento do problema das inundações através da legislação setorial.....	114
3.3.1 Os mecanismos urbanísticos aplicados à tutela territorial	114
3.3.2 A proteção do meio ambiente como caminho	118
3.3.3 A nova contribuição da proteção e defesa civil	125

Capítulo IV – Instrumentos de Controle do Risco de Inundação133

4.1 Medidas estruturais intensivas	134
4.1.1 Retardo do escoamento.....	135
4.1.2 Aceleração do escoamento	136
4.1.3 Desvio do escoamento	138

4.2 Medidas estruturais extensivas.....	143
4.2.1 Cobertura vegetal ou infraestrutura verde	143
4.2.2 Sistemas urbanos de drenagem sustentável (SUDS).....	147
4.3 Medidas não estruturais.....	171
4.3.1 Combate ao desmatamento e proteção de ecossistemas	173
4.3.2 Planejamento urbano: mapeamento de áreas inundáveis, zoneamento e compatibilização dos planos diretores com o plano de bacia	177
4.3.3 Combate à ocupação de áreas de inundáveis.....	183
Capítulo V – Gestão de Risco de Inundações com Foco na Prevenção de Danos.....	189
5.1 O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a dignidade da pessoa humana ante o problema das inundações	189
5.2 Direito de propriedade e direito a uma moradia digna e adequada.....	194
5.3 Os princípios da prevenção e da precaução para a mitigação de danos.....	203
5.4 A proibição da proteção deficiente e a responsabilidade estatal por omissão.....	209
Conclusão	219
Referências.....	227
Anexo Legislativo	261
Anexo Jurisprudencial	269